Continuação...

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes
A Companhia não adotou na preparação destas demonstrações financeiras as alterações de normas emitidas pelo IASB, que não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:
- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações;

2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Foi emitida a seguinte revisão de normas pelo CPC, que entrou em vigor e foi adotada efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2025 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:
- Alterações ao IAS 21 – "Falta de permutabilidade".

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade da entidade, e a avaliação da continuidade operacional no futuro previsível foi formalizada pela Administração.
a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.
b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
A definição dos valores decorrentes de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.
As demonstrações financeiras incluem, várias estimativas, algumas mais significativas tais como: avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 14), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21), além de redução do valor recuperável de ativos não financeiros (nota explicativa nº 15), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de IPI (nota explicativa nº 8) e também julgamentos relacionados à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (nota explicativa nº 8).
Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.
c) Demonstração do valor adicionado ("DVA")
A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.
A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social (%)				
Empresas controladas - participação direta	**Atividade**	**Segmento**	**31.12.25**	**31.12.24**
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	Florestal RS	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	Corporativo/eliminações	100,00	100,00
Irani Soluções para E-Commerce LTDA *	Comércio eletrônico de embalagens	Corporativo/eliminações	100,00	100,00
Irani Ventures LTDA	Participação em outras sociedades ou empreendimentos	Corporativo/eliminações	100,00	100,00

* sociedade extinta
As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
Bancos	2.914	6.170	2.971	6.178
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	822.247	570.949	836.863	598.054
Total de caixa e equivalentes de caixa	**825.161**	**577.119**	**839.834**	**604.232**

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.
As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 102,4% do CDI (101,9% em 31 de dezembro de 2024). A gestão do caixa é realizada de acordo com a Política de Gestão Financeira da Companhia.

Política contábil
Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	272.135	265.506	275.065	265.841
Clientes - partes relacionadas	14	89	14	89
Clientes - mercado externo	21.349	27.417	21.349	27.417
Clientes - renegociação	407	418	414	418
	293.905	**293.430**	**296.842**	**293.765**
Provisão para perdas em contas a receber de clientes	(10.576)	(11.863)	(10.576)	(11.863)
Total de contas a receber	**283.329**	**281.567**	**286.266**	**281.902**
Parcela do circulante	**283.310**	**281.422**	**286.247**	**281.757**
Parcela do não circulante	**19**	**145**	**19**	**145**

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
A vencer	273.691	274.101	276.604	274.426
Vencidos até 30 dias	6.388	6.103	6.411	6.104
Vencidos de 31 a 60 dias	1.251	325	1.251	325
Vencidos de 61 a 90 dias	411	614	411	617
Vencidos de 91 a 180 dias	1.645	630	1.646	636
Vencidos há mais de 180 dias	10.519	11.657	10.519	11.657
	293.905	**293.430**	**296.842**	**293.765**

A Companhia constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2025:

	Saldo contábil bruto em 31.12.2025	**Provisão para perda estimada em 31.12.2025**	**Percentual de perda estimada**
A vencer	276.604	-	0,00%
Vencidos até 30 dias	6.411	(21)	0,33%
Vencidos de 31 a 180 dias	3.308	(36)	1,09%
Vencidos acima de 181 dias	10.519	(10.519)	100,00%
	296.842	**(10.576)**	

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2025 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 99% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.
A Companhia monitora mudanças de cenários do mercado e seu impacto nas condições de crédito dos clientes.
A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
Saldo do início do exercício	(11.863)	(11.653)	(11.863)	(11.653)
Provisões para perdas reconhecidas	(174)	(670)	(174)	(670)
Valores recuperados no exercício	580	460	580	460
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	881	-	881	-
Saldo no final do exercício	**(10.576)**	**(11.863)**	**(10.576)**	**(11.863)**

Política contábil
A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.
i) Ativos financeiros a custo amortizado
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, os ganhos e as perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.
A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. Também é realizada uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. A Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.
A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida do ativo.
A provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
Produtos acabados	74.676	74.067	74.797	74.630
Materiais de produção	27.684	37.080	27.684	37.174
Materiais de consumo	34.540	35.448	34.844	36.047
Total dos estoques	**136.900**	**146.595**	**137.325**	**147.851**

A Companhia realiza análise de recuperabilidade dos estoques anualmente. Para o exercício de 2025 não houve a constituição de provisões.

Política contábil
Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.
O custo da madeira transferida de ativos biológicos é o seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR
a) Tributos a recuperar
Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
ICMS	24.698	34.528	24.698	34.528
PIS/COFINS	15.965	91.367	15.965	91.367
IPI	23.036	58	23.036	58
IRRF sobre aplicações	1.343	1.709	1.659	2.385
Outros	1.307	636	1.327	659
Total de tributos a recuperar	**66.349**	**128.298**	**66.685**	**128.997**
Parcela do circulante	**49.619**	**102.970**	**49.955**	**103.669**
Parcela do não circulante	**16.730**	**25.328**	**16.730**	**25.328**

Não há risco de não utilização dos créditos de tributos a recuperar, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.
Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia.
Os saldos de créditos de PIS e COFINS se referem principalmente a:
i) Crédito sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, e que vem sendo recuperado em 24 ou 48 parcelas conforme classificação e utilização dos ativos adquiridos, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 15.850.
ii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de aparas reconhecidos no resultado do exercício de 2023 no montante total de R$ 223.432, devido ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável que reconheceu o direito da Companhia ao crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas, em razão da inconstitucionalidade do art. 47 da Lei 11.196/05, com efeito a partir de junho de 2010. A Companhia utilizou a totalidade do crédito via compensação até a data destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. As informações referentes ao assunto foram reportadas ao mercado através de Fato Relevante divulgado no dia 19 de junho de 2023.
Os saldos de créditos de IPI se referem ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável, em que a Companhia reconheceu no exercício de 2025 o direito de créditos de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias, com efeito a partir de novembro de 2019. A Companhia estima utilizar a totalidade do crédito via compensação em até 9 meses a partir do deferimento de sua habilitação. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 23.036.
Os valores de créditos de IPI envolvidos para habilitação junto à Receita Federal do Brasil e posterior compensação com débitos federais são demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado
Total crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	**27.300**
Principal	21.825
Atualização monetária	5.475
Total de despesas líquidas referente ao crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	**(2.209)**
Honorários	(1.954)
PIS e COFINS sobre atualização monetária	(255)
Efeito nas receitas (despesas) operacionais, líquidas	19.871
Efeito nas receitas (despesas) financeiras, líquidas	5.220
Efeito no imposto de renda e contribuição social	(6.669)
Efeito no lucro líquido do exercício	**18.422**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar
Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
IRPJ a recuperar	51.304	94.223	51.304	94.223
CSLL a recuperar	19.197	35.358	19.197	35.358
	70.501	**129.581**	**70.501**	**129.581**
Parcela do circulante	**70.501**	**79.840**	**70.501**	**79.840**
Parcela do não circulante	**-**	**49.741**	**-**	**49.741**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar são principalmente referentes ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecido seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros. A Companhia reconheceu o crédito no quarto trimestre de 2024, e utilizou parte do crédito no exercício de 2025 com compensação de tributos federais e estima utilizar o saldo do crédito via compensação em até 11 meses a partir de 31 de dezembro de 2025, a depender do montante de tributos federais a serem apurados, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 64.049.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	**31.12.24**	**31.12.25**	**31.12.24**
Adiantamento a fornecedores	2.997	3.543	2.997	3.545
Créditos com funcionários	1.661	2.715	1.690	2.824
Despesas antecipadas	5.300	4.429	5.340	4.430
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	6.691	6.103	6.691	6.103
Outros créditos	478	1.072	637	1.232
Total de outros créditos	**17.127**	**17.862**	**17.355**	**18.134**
Parcela do circulante	**10.436**	**11.759**	**10.637**	**12.004**
Parcela do não circulante	**6.691**	**6.103**	**6.718**	**6.130**

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexigibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 possui saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R$ 6.691, que será realizado conforme cronograma do pagamento de Precatórios estabelecido pelo Estado de São Paulo.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – *SWAP*
a) *Swap* 4ª Emissão de Debêntures
Em 01 de dezembro de 2021 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – *swap* visando a troca da taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures, cujo montante na data de sua emissão era de R$ 60.000, de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a.. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.
A contratação do *swap* foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.
O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a..
b) *Swap* 6ª Emissão de Debêntures
Em 28 de outubro de 2025 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – *swap* visando a troca da taxa de juros da 6ª Emissão Debêntures de IPCA + 6,6522% a.a. para CDI – 1,13% a.a., com valor nocional, prazos e condições compatíveis com as da Emissão. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.
A contratação do *swap* foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.
O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 6ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de agosto de 2040, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente a CDI – 1,13% a.a..
As características específicas em 31 de dezembro de 2025 são demonstradas a seguir:

Vencimento	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Nocional**	**Valor justo posição ativa**	**Valor justo posição passiva**	**Ganho**
15 de Dezembro de 2029	IPCA + 5,50%	CDI + 0,71%	66.225	73.782	63.748	10.034
15 de Outubro de 2040	IPCA + 6,65%	CDI - 1,13%	120.000	106.902	104.940	1.962
			186.225	**180.684**	**168.688**	**11.996**

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos – *swaps* segue:
(i) Movimentação dos *swaps* nos exercícios de 2025 e 2024:

Controladora e Consolidado	**Posição ativa**	**Posição passiva**
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**7.488**	**-**
Perdas no exercício (reconhecidas no resultado)	(5.413)	-
Efeito de liquidação	3.174	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.249**	**-**
Ganhos no exercício (reconhecidas no resultado)	1.740	-
Efeito de liquidação	5.007	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.996**	**-**
Parcela do circulante	**2.264**	
Parcela do não circulante	**9.732**	

(ii) Movimentação acumulada desde o início das operações de *swaps*:

	Controladora e Consolidado		
	Efeito de liquidação	**(Perdas)/Ganhos reconhecidas no resultado**	**Total**
Movimentação no exercício de 2021	64	(483)	(419)
Movimentação no exercício de 2022	4.361	(2.895)	1.466
Movimentação no exercício de 2023	4.829	1.612	6.441
Movimentação no exercício de 2024	3.174	(5.413)	(2.239)
Movimentação no exercício de 2025	5.007	1.740	6.747
Total	**17.435**	**(5.439)**	**11.996**

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
Em 26 de março de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS ("Fábrica") e, com isso, a descontinuidade deste segmento de negócio, Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina).
Os ativos não circulantes mantidos para venda com valor contábil de R$ 17.465 foram integralmente vendidos neste exercício por R$ 20.000, gerando ganho de R$ 2.535, registrado em 'Outras receitas operacionais' da operação descontinuada.
a) Operações descontinuadas
Balanço patrimonial das operações descontinuadas

ATIVO	**Operações descontinuadas**		**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**Operações descontinuadas**	
	31.12.25	**31.12.24**		**31.12.25**	**31.12.24**
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Contas a receber de clientes	2.843	11.589	Fornecedores	36	2.479
Estoques	2	19.234	**Total do passivo circulante**	**36**	**2.479**
Total do ativo circulante	**2.845**	**30.823**	**TOTAL DO PASSIVO**	**36**	**2.479**
NÃO CIRCULANTE			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Imobilizado	-	17.542	Reservas de lucros	15.239	46.440
Intangível	-	554	Prejuízos acumulados	(12.430)	-
Total do ativo não circulante	**-**	**18.096**	**Total do patrimônio líquido**	**2.809**	**46.440**
TOTAL DO ATIVO	**2.845**	**48.919**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.845**	**48.919**

Demonstração do resultado das operações descontinuadas

	Operações descontinuadas	
	31.12.25	**31.12.24**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**40.234**	**72.125**
Custo dos produtos vendidos	(41.546)	(72.632)
(PREJUÍZO) BRUTO	**(1.312)**	**(507)**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.838)	(10.879)
Outras receitas e despesas operacionais *	(831)	389
Resultado financeiro	(2.932)	(468)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	**(11.913)**	**(11.465)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**(11.913)**	**(11.465)**

* Outras receitas e despesas operacionais também contemplam no exercício 2025, custos de rescisão da operação descontinuada de R$ 1.141.

Continua...